A CARAVANA TERRITORIAL DA BACIA DO RIO DOCE: MINERAÇÃO E TERRITORIALIDADES EM TENSÃO

EDUARDO BARCELOS – AGB Seções Rio de Janeiro e Niterói
FABRICIO VASSALLI ZANELLI - AGB Seção Viçosa
LUCAS MAGNO - AGB Seção Viçosa
LUIZ HENRIQUE VIEIRA - AGB Seção Viçosa
LUIZ JARDIM WANDERLEY – AGB Seções Rio de Janeiro e Niterói
RAFAEL OTAVIO GOULART – AGB Seção Belo Horizonte
REINALDO DUQUE BRASIL LANDULFO TEIXEIRA – Biólogo convidado

RESUMO

Este texto é um exercício coletivo de sistematização das práticas e vivências compartilhadas durante a preparação e realização da *Caravana Territorial da Bacia do Rio Doce*, em abril de 2016. Ele aglutina diferentes vozes, experiências e memórias partilhadas entre/com geógrafos e geógrafas, professores, agebeanos/as, pesquisadores e educadores, comunicadores e ativistas junto às distintas comunidades, povoados, distritos e cidades atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, de propriedade da Samarco/Vale/BHP Billiton, em novembro de 2015. O texto apresenta uma narrativa livre e contextualizada que busca compartilhar a experiência das seções da AGB na Caravana, os sentidos e sentimentos vividos, o processo de construção, as metodologias, as articulações, as convergências e as possibilidades de luta, resistência e denúncia diante da tragédia-crime do rio Doce. A forma como se deu esta experiência, proporcionou produzir leituras compartilhadas sobre a tragédia-crime, analisar seus impactos, mobilizar ações de denúncias e reivindicações, visualizar riscos e situações de vulnerabilidade frente aos grandes projetos e apontar saídas ao desenvolvimento sob a forma de anúncios variados, experiências, projetos comunitários e outras economias mais justas, saudáveis e sustentáveis. Isso inclui experiências da agricultura familiar camponesa e agroecológica, assim como iniciativas de recuperação dos agroecossistemas e de nascentes da bacia do rio Doce, experiências de educação popular e do campo, reforma agrária, economia solidária, saúde coletiva e protagonismo das mulheres. Ou seja, este relato busca considerar uma complexa *geografia de experiências* que mergulhou/brotou

nos diferentes mundos e situações encontradas ao longo da bacia do rio Doce por meio da Caravana. Assim, busca-se à memória os debates, reuniões e rodas de conversa, as visitas as comunidades atingidas, os percursos pelas áreas atingidas pelo rejeito de mineração, bem como os significados e possibilidades das distintas rotas da Caravana.

INTRODUÇÃO

O crime socioambiental ocorrido pelo rompimento da barragem do Fundão, de propriedade da Samarco/Vale/BHP Billiton, em Mariana, Minas Gerais, em novembro de 2015 colocou luz sob vários aspectos do potencial destrutivo da grande mineração. Como se não bastasse os 350 anos de exploração mineral no Brasil e os impactos sistemáticos do setor no território brasileiro, e particularmente em Minas Gerais no chamado "*Quadrilátero Ferrífero*[1]", o rompimento de Fundão chegou a ser chamado por muitos de *acidente;* ou mesmo de *evento*, como publicado em decreto da presidência da república e nos termos do Acordo (hoje suspenso pela justiça federal) entre as mineradoras e o Estado.

Diferente disso, populações atingidas, movimentos sociais, pesquisadores, grupos e lutas em oposição à mega mineração afirmam estar diante do maior desastre[2] ambiental da história do país, da maior ruptura de barragem de rejeitos de minério de ferro em todo o mundo e do maior processo de contaminação das águas da bacia do rio Doce e oceânicas pela atividade mineral já visto na

[1] Em outra perspectiva e racionalidade de relação anunciada pelos movimentos sociais, essa região pode ser conhecida e também definida como "*Quadrilátero Aquífero*", devido à área de recarga com inúmeras nascentes que inclusive abastecem a bacia hidrográfica do rio Doce além da bacia hidrográfica do Rio São Francisco.

[2] Um aspecto importante levantado por grupos de pesquisa, refere-se a forma de chamar o desastre, o qual, em verdade, não se trata de um desastre natural, mas sim *tecnológico* ou *sociotécnico* posto que foi consequência de um empreendimento construído e gerido a partir de escolhas intencionais de engenharia e de técnicas específicas ligadas ao setor de mineração (PoEMAS, 2015).

história. Enfim, estamos diante de um fato inédito, devido à grandiosidade e proporções ainda incalculáveis de danos socioambientais. Abaixo, a AGB elaborou esse mapa tentando espacializar o rastro da contaminação.



Foram muitas as perguntas diante de tanta complexidade. Afinal, desenvolvimento para quem e em qual sentido? A que custo e porque desenvolvimento como sentido único, irredutível? Quem são os responsáveis e como enfrentar o poder transnacional? Qual é o futuro da vida no rio Doce? Porque a barragem se rompeu e quais são seus significados? Quantos e quais são os/as atingidos/as? Como recuperar o rio Doce? Quais experiências e práticas aportam novos sentidos para o futuro da bacia? O desastre no rio Doce, para além de mostrar o quanto destrutivo é o modelo mineral em curso em todo país, trouxe estas questões que brotam das terras e águas arrasadas, dos povos e comunidades do rio em busca de respostas.

Partilhando este sentimento de justiça, indignação, luta e resistência frente ao crime na bacia, a *Caravana Territorial da Bacia do Rio Doce* foi uma iniciativa coletiva e independente de mais 60 organizações em rede, entre coletivos, associações, grupos de pesquisa e movimentos sociais que procuraram dialogar e compartilhar com a população da bacia, seja no campo ou na cidade, as leituras, os olhares, as denúncias e os anúncios envolvidos neste crime, provocando um fazer político-pedagógico comprometido com o fortalecimento da articulação e mobilização dos povos e comunidades em busca de justiça, dos direitos e de novos horizontes de sentido para a vida.

Fomos muitos aqueles e aquelas que percorreram, entre quatro a cinco dias, diferentes territórios atingidos pela lama de rejeitos, com o propósito de deixar viva a memória deste incalculável crime contra os povos da bacia. Fomos juntos ouvindo, relatando, conversando e vivenciando os dilemas, as incertezas, os riscos e as esperanças que brotam de uma luta que é de todos nós. Denunciamos o desastre, mas também avistamos o anúncio de outros mundos possíveis, outras relações com a natureza, mais equilibradas e saudáveis, que nos colocou diante de alternativas frente ao modelo extrativo e predatório da mineração.

Nos superamos, certamente, diante de tanta desigualdade que este crime nos colocou. Na comunicação, na mobilização, no enfrentamento à mineração, nos fatos consumados, nas versões midiáticas. Foram mais de 1.000 pessoas que de alguma forma interagiram com a Caravana, participaram, contribuíram, somaram. Foram agricultores/as, pescadores/as, moradores, indígenas, estudantes, movimentos sociais, sindicatos, educadores e comunicadores populares, professores universitários, pesquisadores, repórteres, ativistas em direitos humanos, associações profissionais e científicas, religiosas e muitos outros que aportaram novas forças frente ao desastre. Este texto, portanto, é uma versão daqueles que, de alguma forma, vivenciaram este processo.

As *Caravanas*: um exercício coletivo e popular de análise do território

> "As Caravanas são viagens de aprendizados, intercâmbios e construção de laços de solidariedade e luta política, que exercitam um olhar conjunto e popular a respeito do território, situando contradições, potencialidades e desafios na construção de uma nova sociedade pautada na agroecologia, na reforma agrária, na saúde coletiva, na economia solidária, na luta das mulheres, no respeito ao conhecimento dos povos e comunidades tradicionais. Buscamos dar visibilidade às denúncias e aos anúncios, aos conflitos sociais e ambientais, às experiências de resistência e de autonomia, de valorização da cultura regional e popular, de organização que marcam os locais por onde as rotas passam e ao final se encontram num local de culminância". (trecho da Carta Política da Caravana, abril de 2016)

Como *viagens de aprendizados*, as Caravanas têm sido uma importante estratégia de mobilização e articulação territorial. Desde 2013, nos preparatórios ao III Encontro Nacional de Agroecologia, cerca de 15 caravanas foram organizadas pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) no Brasil, como processo de reconhecimento, sistematização e construção da agroecologia. Trazendo ao centro a *experiência acumulada* nos diferentes territórios (seja na produção, na comercialização, nas formas de organização política, nas tecnologias sociais) e os *conflitos* pelos quais ameaçam tais experiências. Elas vêm exercitando um olhar coletivo para os territórios por meio de processos político-pedagógicos compartilhados com populações, grupos e famílias que vivem, produzem e promovem a agroecologia, e junto a parceiros como universidades, associações científicas, ativistas, educadores e comunicadores populares. As interações promovidas entre/com esses sujeitos têm fortalecido a troca de experiências, ampliado os aprendizados, compartilhado dilemas, contradições e novos sentidos para pensar temas como a economia, a política, as relações de gênero e gerações e a natureza.

Essa concepção vem sendo trabalhada em diferentes atividades e vivências previstas pelas Caravanas através de

visitas, intercâmbios, observações, atos públicos, rodas de conversa, aulas públicas, entre caravaneiros/as e famílias/grupos/coletivos/moradores que recebem e interagem com as rotas percorridas, exercitando simultaneamente um olhar conjunto e popular sobre o território, situando as contradições e os desafios, além de afirmar e dar visibilidade a denúncias, conflitos, experiências de resistência, de autonomia e de organização que caracterizam os locais por onde transcorrem as rotas. Trata-se de um exercício coletivo de análise popular em torno de temas e problemas existentes no território.

A experiência das Caravanas tem mostrado a diversidade de situações, contextos, povos, *habitats*, contradições e anúncios, desafios e possibilidades de autonomia e participação de grupos subalternizados pela economia dominante e por agentes hegemônicos. Neste sentido, os exercícios de observação, interação, trocas e vivências são descentralizados e analisados coletivamente, visando contrastar padrões opostos de desenvolvimento e apontar possibilidades de fortalecimento de lutas na defesa de territórios e na garantia de direitos.

A proposta da Caravana Territorial do Rio Doce foi de proporcionar um exercício coletivo de diagnóstico e mobilização popular, onde as diferentes redes, movimentos sociais e organizações que vivem/atuam nos territórios da bacia pudessem, de forma autônoma, se prepararem para apresentar e debater a realidade da disputa territorial e dos impactos em torno do crime e das demais experiências ao longo de toda a bacia do rio Doce; com diferentes delegações compostas por agricultores/as, moradores/as da bacia, representantes de povos e comunidades tradicionais, estudantes, sindicalistas, assessores/as e comunicadores populares vindos, sobretudo, de Minas Gerais e do Espírito Santo, mas também envolvendo participantes de outros estados brasileiros.

Além de proporcionar ambientes para o debate entre diferentes organizações, para diálogos e convergências, a Caravana foi também uma oportunidade para a produção de

materiais de comunicação e sistematização voltados para divulgação da síntese dos debates das experiências territoriais visitadas a amplos segmentos da sociedade, e de dar novos significados para as denúncias. Isso incidiu em narrativas descentralizadas e autônomas, deslocando as tentativas de minimizar o problema e de contextualizar a bacia por meio de sua *gente*.

Identidade visual da Caravana, mostrando a diversidade de povos, práticas e identidades da bacia



Caderno do/a caravaneiro/a



Com este propósito, a Caravana funcionou como exercício político-pedagógico para a construção de um "novo olhar" sobre as experiências de conflito e de resistência na bacia de forma geral, tomando como ponto de partida a tragédia-crime em Mariana. Assim, ela foi dividida em quatro rotas: Rota 1 – Alto Rio Doce, passando pelos municípios de Mariana e Barra Longa, no estado de Minas Gerais; Rota 2 – Alto Rio Doce, que englobou os vales dos rios Piranga e Casca, afluentes do rio Doce; Rota 3 – Médio Rio Doce, mais especificamente na microrregião de Governador Valadares; e Rota 4 – Baixo Rio Doce, que sai do estado do Espírito Santo, pela foz do rio, e seguiu até o ponto de culminância de todas as rotas na cidade de Governador Valadares.

A partir dessas distintas rotas e da culminância, esta perspectiva de olhar territorial propôs uma visão integradora entre as diferentes dimensões referenciadas à realidade dos territórios. Esta foi a inspiração e a aposta pedagógica da Caravana: fomentar processos de reflexão e problematização coletiva da realidade a partir de situações e problemas postos pelas populações/grupos/classes sociais da bacia do rio Doce.

Princípios

. *O território educa!*

A Caravana como prática de "imersão no território" procurou dialogar com os problemas, desafios e potencialidades dos territórios atingidos diante do crime no rio Doce. A partir de suas quatro rotas, foi possível perceber com mais clareza a dimensão dos *conflitos ambientais* produzido pelo escoamento do rejeito de mineração ao longo de toda a bacia. Este mergulho, vivido sob diferentes pontos de vista, incorporou-se como método de observação, juntamente da prática do diálogo o exercício simultâneo da *denúncia* e do *anúncio* – pares problematizadores que se alternaram na compreensão e caracterização do território. Por meio deste fundamento, a compreensão daquilo que estávamos implicados – o crime no rio Doce – tornou-se ainda mais complexa e desafiadora, pois exigiu buscar nos percursos não somente as situações violadas e vulnerabilizadas, mas também aquelas comprometidas com outras formas de produção da vida na bacia, outras economias, saberes, práticas e experiências. Nesta direção, a Caravana propôs um exercício dialógico-problematizador, expressando aquilo que Paulo Freire (1984) chamou de *ação dialógica*, onde não é possível anúncio sem denúncia e ambos sem o ensaio de certa posição crítica em face do que está ou vem sendo a realidade (Caderno do Participante, 2016).

> "Aprendemos que através da luta e organização popular, as tragédias e as denúncias também permitem o germinar dos anúncios. As lutas que se apresentam não apenas contra a mineração e sua infraestrutura, mas contra a construção de barragens sem a garantia de direitos; contra os monocultivos que agridem os ecossistemas; contra os agrotóxicos que envenenam e matam; contra a falta de saneamento básico no campo e nas cidades que faz adoecer as comunidades e polui os rios. Todos são problemas enfrentados cotidianamente, e dessas lutas, que aliam o conhecimento tradicional, camponês e popular, com o apoio de uma ciência da vida e não da morte e da omissão, florescem inúmeras experiências que constatamos em várias comunidades que visitamos" (trecho da Carta Política da Caravana, abril de 2016).

. *Nossa luta é por unidade e autonomia*

O exercício de diálogo realizado desde o rompimento da barragem, em novembro de 2015, junto a diversas organizações, e a amplitude dos diálogos a que se chegou nos cinco meses de preparação, onde foi possível reunir, em diferentes momentos, mais de 60 organizações de diversos cantos de Minas Gerais e Espírito Santo, reforçou a necessidade de fortalecermos nossas alianças estratégicas e de renovarmos nossos métodos de *ação convergente*.

O campo de disputa colocado no contexto deste desastre/crime deixa evidente a profunda desigualdade e injustiça existente entre a ação das empresas e corporações da mineração e a população atingida pelo rejeito[3]. Desde o rompimento da barragem, a Samarco/Vale/BHP tem forçado acordos extrajudiciais, prorrogado prazos de entrega de documentos e estudos, fragmentado o conjunto das populações atingidas,

[3] De acordo com Zhouri (2016) o cenário que o crime deixou na bacia após 265 dias (cinco de maio de 2016) indica uma situação de crise social crônica, devido à sua espacialidade e temporalidade, pois o desastre ocorreu, ainda ocorre e terá efeitos duradouros, tanto para o ambiente como para as populações atingidas. Estas, por sua vez passam por um momento de reparação dos danos e em muitos dos casos uma negociação traumática, onde se travam lutas classificatórias entre quem é ou não atingido/a, diante das instituições mediadoras. Assim, uma das gravidades do desastre é a produção de um sofrimento social para essas populações, resultante do poder político, institucional e econômico.

arbitrando sobre quem é ou não atingido/a, além de não ter cumprido condicionantes importantes de segurança e do próprio licenciamento ambiental da barragem (POEMAS, 2015). Há ainda uma disputa intensa pelos significados e sentidos da mineração na vida da população, ou seja, pela concepção de que não há possibilidade de vida, de economia, de trabalho, de existência para além da mineração, sendo ela mesma algo irredutível e inquestionável. E isso tem se configurado numa violenta chantagem imposta aos grupos e populações em luta contra a megamineração, principalmente pela invisibilidade e indiferença com que se tratam os questionamentos e críticas ao modelo mineral dominante e em curso em todo o país.

Neste sentido, os diálogos que ancoraram nossas reflexões deixaram claro que os temas, questões, lutas, estratégias e propostas que identificam os diversos movimentos e grupos sociais e suas bandeiras de luta, integraram-se de forma convergente na crítica e no enfrentamento do modelo de/ao desenvolvimento em curso, que privilegia os mega projetos, os grandes empresários, o agronegócio e os bancos, em detrimento da população local, no campo e na cidade, fazendo deste padrão um mecanismo de expropriação imposto pelo capital nos territórios.

As convergências construídas na preparação e na vivência da Caravana mostraram que o modelo de desenvolvimento imposto pela mineração, pelas barragens hidrelétricas, pela siderurgia, pelo petróleo e pelos grandes propriedades ao longo da bacia tem gerado forte degradação ambiental, destruição dos meios de vida e de trabalho de populações campesinas, de pescadores e populações tradicionais - uso abusivo da água, por meio de minerodutos, privilégios locais, apropriações de terras pela expansão de monoculturas (eucalipto) e pastagens e priorização da lógica exportadora de *commodities* junto aos diferentes governos. As críticas convergiram também para um acirramento dos conflitos e impactos sobre as mulheres, a população negra e grupos

indígenas, mostrando a repetição dos padrões de dominação histórico e colonial.

Partindo deste ponto em comum e tomando o contexto do crime socioambiental, ou do desastre tecnológico, a Caravana permitiu abrir e multiplicar diálogos e convergências desde a escala regional, articulando a multiplicidade de leituras críticas ao modelo vigente, e, de modo convergente, propôs fortalecer as diferentes lutas locais de resistências frente às disputas territoriais vigentes. Assim, somaram-se a estes diálogos desde movimentos sociais, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), cooperativas de assessoria técnica, congregações religiosas, como as Arquidioceses de Mariana e Vitória, universidades, como a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Universidade Federal de Viçosa (UFV), sindicatos de trabalhadores rurais, comunidades de pescadores, comunicadores populares e jornalistas, pesquisadores, movimentos feministas e coletivos da economia solidária dos mais diversos.

Também vale destacar a participação das associações profissionais e científicas, como a ABRASCO (Associação Brasileira de Saúde Coletiva), a ABA (Associação Brasileira de Agroecologia) e a AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros), que participou de três das quatro rotas da Caravana e da Comissão Organizadora. A experiência da AGB neste processo estimulou diálogos entre quatro seções locais de Minas Gerais, Rio de janeiro e Espírito Santo, articulando agebeanos e agebeanas das seções locais de Belo Horizonte, Viçosa, Vitória, Niterói e Rio de Janeiro; e entre GTs, como o GT Agrária das SLs Rio de Janeiro e Niterói e o GT Ambiente da SL Viçosa. Ao todo, foram 10 agebeanos/as que participaram.

Toda esta convergência nos indica a necessidade de atuarmos de forma articulada, incorporando práticas de denúncia,

promovendo a visibilidade dos conflitos e das proposições que emergem das experiências populares. Estas convergências pulsam no sentido de construir novas autonomias, novos enfrentamentos e sujeitos, mas que, ao final, possa apoiar a construção de novas práticas que superem este processo de adoecimento com que a bacia se encontra.

Convergências em torno do rio Doce: as reuniões preparatórias

1º reunião – novembro/2015: Caravana Agroecológica e Cultural do Rio de Janeiro – Casimiro de Abreu-RJ

Este foi o primeiro encontro e contato com o tema e a proposta da Caravana. Várias organizações participantes da Caravana Agroecológica e Cultural do Rio de Janeiro, no âmbito do Projeto Comboio Sudeste, sensibilizados e comprometidos com a luta dos agricultores, pescadores e povos do rio Doce testemunharam suas impressões e leituras sobre a tragédia-crime, na forma de relatos e depoimentos. Buscava-se naquela roda de conversa compreender as dimensões do crime e as possibilidades de participação das populações na reivindicação de seus direitos e na reconstrução de suas vidas. Dada as dimensões do crime e sua abrangência territorial, tornou-se fundamental ampliar as convergências e diálogos, junto aos movimentos sociais, e descentralizar a denúncia e a luta política por toda a bacia, já que o número de atingidos, os efeitos a longo prazo e as consequências sociais, econômicas e ambientais eram totalmente desconhecidas. Neste primeiro momento, a Caravana era apenas uma ideia, mas os depoimentos

> "(...) revelaram o enorme drama dos atingidos, a violação de direitos, a desinformação e desconfiança, a ausência do poder público e o abandono das populações atingidas. Foi dado destaque aos temas da desinformação quanto à

> contaminação por metais pesados e outras substâncias da água consumida ao longo do rio Doce; dos problemas de saúde mental dos cerca de 500 sobreviventes dos povoados mais atingidos e que se encontram em pousadas e hotéis. Há uma enorme preocupação quanto ao futuro dessas populações e dos territórios atingidos, bem como da eventual não punição dos responsáveis, dos riscos de futuras tragédias diante das inúmeras barragens na região, além da forma como futuros planos de recuperação da região e do rio Doce serão implementados. O poderio das empresas mineradoras na região, em especial da Samarco na região de Mariana, foi levantado como um problema importante para ações de mobilização, já que vários setores da sociedade local possuem vínculos diretos com a empresa. Constata-se, portanto, uma enorme influência econômica e política da empresa que dificulta a emergência de movimentos coletivos e mobilizações. Várias ações, como a relação com as populações atingidas, a limpeza das áreas devastadas e o atendimento às vítimas estão sendo coordenados diretamente pela Samarco, sem uma participação efetiva dos órgãos públicos" (relato da primeira reunião da Caravana, novembro de 2015, Casimiro de Abreu-RJ).

2º reunião – dezembro/2015: Conselho Regional dos Nutricionistas – Belo Horizonte-MG

Nesse segundo momento, amadurecendo a concepção da Caravana, a ABRASCO, AGB e AMA e ANA expõem sobre a origem da proposta pedagógica da Caravana Territorial da Bacia do Rio Doce em função da tragédia-crime provocada pelo rompimento da barragem de rejeitos. Como experiências anteriores, as Caravanas Territoriais foram realizadas no processo de organização do Encontro Nacional de Diálogos e Convergências entre Agroecologia, Saúde Coletiva, Justiça Ambiental, Soberania Alimentar, Economia Solidária e Feminismo. Posteriormente, em 2014, essa abordagem influencia a construção do III Encontro Nacional de Agroecologia (III ENA) em Juazeiro/BA, e o II Simpósio Brasileiro de Saúde e Ambiente (II SIBSA) em Belo Horizonte-MG. Nesse encontro, percebeu-se a necessidade de a Caravana ser realizada em compasso/articulação com as várias iniciativas em andamento de movimentos sociais atuantes na

região, em especial o MAB e o MAM, que não estiveram nessa reunião. A temática da água foi destacada como central por vários movimentos sociais. Após a reunião foram feitos os primeiros levantamentos de recursos independentes para garantir a autonomia da Caravana.

3º reunião – janeiro/2016:
Centro Agroecológico Tamanduá – Governador Valadares-MG

Nessa reunião, 22 organizações estiveram presentes. No dia da reunião, o rio Doce, em período de cheia devido às chuvas, estava acima do nível considerado normal, chegando a inundar algumas ruas na beira rio, preocupando os moradores com a possibilidade de contaminação pelos rejeitos. Na reunião foi debatida a importância de problematizar os grandes empreendimentos e projetos industriais, assim como a mineradora Vale S.A., mas também a empresa de celulose CENIBRA (eucalipto) em Belo Oriente, a metalúrgica USIMINAS em Ipatinga, além o setor elétrico (hidroelétricas) e a agropecuária intensiva em agrotóxicos e transgênicos, para mostrar o lado negativo e perverso desses arranjos. Nesse dia o objetivo principal era o de definir as rotas da Caravana Territorial da Bacia do Rio Doce, principais lugares, datas e agendas, número de participantes e comissões organizativas e disponibilidade de recursos que contribuiriam para processo político pedagógico. Foi também apresentado nesse espaço o que seriam nas rotas as denúncias (impactos da mineração e do modelo hegemônico de desenvolvimento) e os anúncios (experiências de agricultura familiar e agroecológica, dos assentamentos da reforma agrária, de economia solidária, do artesanato, da pesca artesanal, de turismo, de cultura regional, de proteção ambiental, dentre outras alternativas econômicas).

4º reunião – fevereiro/2016:

Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais de Colatina – Colatina-ES

Nessa reunião que contou com 29 organizações com quase 100 pessoas presentes, o debate chega então com os atingido no estado do Espírito Santo. Dezenas de pescadores estiveram presentes, oriundos de Baixo Guandu, Linhares, Aracruz e principalmente de Colatina, nos quais relataram a situação que estão passando no rio e no mar depois do crime. Espécies de peixes extintas, falta de trabalho, dificuldades para comercializar produtos pelo receio da população de consumir alimentos contaminados; ausência de diálogo com o poder público e com as empresas Samarco/Vale/BHP, água sem condições de ser consumida pela população (nem mesmo para irrigar as plantações), baixo número de famílias atendidas com o auxílio financeiro, pouca união dos moradores e pescadores para a luta além da dificuldade em se entender e em reconhecer quem foram os atingidos.

Foi encaminhado nesse momento o documento base de metodologia para a Caravana e do caderno do participante. Em relação ao registro e a comunicação das atividades, a proposta foi que todo o processo da Caravana fosse documentado em texto, foto e vídeo e editado de forma a ser facilmente reproduzido e coletivizado posteriormente para manter a memória e divulgar a questão em diferentes espaços[4].

5º reunião – março/2016:
Centro Agroecológico Tamanduá – Governador Valadares-MG

Restando poucos dias para a Caravana ocorrer, 27 instituições estiveram na última reunião ampliada onde os representantes de cada rota apresentaram como seriam os

[4] No seguinte endereço eletrônico, www.facebook.com/Caravana-Territorial-da-Bacia-do-Rio-Doce-439933599549529/videos/?ref=page_internal, é possível encontrar alguns dos materiais audiovisuais produzidos pela equipe de comunicação da Caravana.

momentos nos territórios, quantas pessoas iriam estar em cada rota e como seria a culminância com ato público, a Ocupação da Praça dos Pioneiros com as instalações pedagógicas em Governador Valadares e a recepção no assentamento Oziel do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

As rotas: o mergulho nos territórios

Ao longo das rotas, e a partir de diversas experiências, diálogos, observações, rodas de conversa pôde-se perceber a amplitude dos danos, das perdas e prejuízos decorrente do rompimento da barragem, seja em pequenos municípios, seja em comunidades ribeirinhas, ou mesmos em grandes cidades; seja na agricultura, na pesca, nos modos de vida tradicionais, enfim foi possível compreender o conflito em sua dimensão prática e realmente existente.

Por outro lado, não somente as denúncias foram destacadas, mas também os anúncios de experiências agroecológicas, de educação do campo, outras economias, saneamento rural - através de técnicas de construção de terraços, caixas secas e proteção de nascentes – experiências da economia solidária (mercados comunitários), projetos de homeopatia, horticultura orgânica e pelo protagonismo das mulheres foram fundamentais para mostrar a diversidade de usos, sentidos e vivências na bacia e as possibilidades de recuperação dos ambientes atingidos para além do projeto agro-mínero-exportador hegemônico.

ROTA 1: Alto Rio Doce – Marina/Barra Longa

A Rota 1 se iniciou na segunda feira dia 11/04/2016 na cidade de Marina-MG, um dia antes das demais. Seu objetivo foi percorrer a região de origem da mineração de ferro e o trajeto inicial da lama da barragem do Fundão da Samarco/Vale/BHP,

vivenciando, conhecendo e levantando as experiências de resistência e lutas ao modelo hegemônico de desenvolvimento territorial para o capital, bem como os conflitos, impactos e violações gerados pelo processo de produção capitalista do espaço, em particular pelas mineradoras industriais. A Rota que seguiu o trajeto da lama pelo rio Gualaxo do Norte e rio Carmo, tributários do rio Doce, teve a participação de aproximado de 40 caravaneiros, que representavam 21 organizações e movimentos sociais.

A Rota iniciada em Mariana-MG tinha três finalidades principais: 1) vivenciar e conhecer o contexto histórico e atual da atividade mineral em Mariana, que consistem na base do processo de exploração e destruição capitalista sobre a vida, a natureza, as pessoas e os bens comuns, que resultaram, sobretudo, na tragédia-crime do rompimento da barragem do Fundão; 2) Percorrer o caminho inicial da lama, identificando os impactos sociais e ambientais e ouvindo os relatos de vida e perdas, as demandas e violações provocadas pela Samarco/Vale/BHP; 3) Conhecer as experiências de alternativa ao modelo de desenvolvimento territorial pautado na mineração industrial de exportação e as formas de resistência aos empreendimentos mineradores, seus impactos e processos desiguais.

Na noite anterior ao início da Caravana, os participantes que chegavam à cidade de Mariana-MG foram acolhidos por atingidos de Bento Rodrigues e Paracatu em suas residências provisórias, proporcionando um momento de diálogos e trocas de maneira informal e íntima. A experiência deste primeiro contato permitiu aos caravaneiros conhecer as histórias de vida, a situação atual e ouvir os relatos dos que vivenciaram o desastre e as transformações de suas realidades a partir do rompimento.

No primeiro dia, a rota partiu simbolicamente da Praça Minas Gerais, ou praça das duas igrejas, no centro da cidade de Mariana-MG. Neste lugar contrasta na paisagem a riqueza do ciclo do ouro e a exploração do trabalho escravo do período colonial representados: por edifícios vultuosos da época (Igreja do Carmo,

Igreja São Francisco de Assis e a atual Câmara Municipal) e pelo pelourinho, local de tortura pública dos escravos. O sentido simbólico do encontro inicial neste lugar foi remeter ao contexto histórico da relação entre mineração e a construção do espaço regional, que contrasta riqueza e pobreza; violência e resistência; desigualdade e solidariedade.

No mesmo dia seguimos para Comunidade do Morro da Água Quente, no município de Catas Altas-MG. Conhecemos naquele lugar, moradores que sofrem há mais de três décadas com os impactos dos passivos abandonados pela mineradora Saicomex, da atividade mineral ativa na mina de São Luís da mineradora Vale e da ameaça da retomada da mina abandonada de Tamanduá, antiga Saicomex, também pela mesma empresa. Circularmos pela área invadida pela mineradora Vale, que se encontra em conflito com a comunidade por conta da supressão do território da comunidade com proibição de acessos, sobreposições de usos incompatíveis (com a exploração mineral e o abastecimento de água local) e violentos impactos socioambientais. Ouvimos relatos de conflitos, impactos, lutas e resistências das mulheres da comunidade do Morro da Água Quente frente à mineração da Vale e seus projetos em operação e expansão. Fomos a uma audiência marcada para debater os futuros projetos da Vale para a comunidade, mas esta foi, repentinamente e sem aviso prévio, cancelada pela empresa.

Esse primeiro contato com a região e seus moradores ressaltou os efeitos nefastos da produção do espaço geográfico pela mineração no Quadrilátero Ferrífero, em particular em Mariana e Catas Altas. Ao longo do trajeto percorrido, a atividade mineral se fazia explicita na paisagem. Avistamos diversas minas em operação e abandonadas, depósitos de estéril e barragens de rejeitos. Lagos artificiais resultantes de antigas cavas e de velhas barragens, possivelmente contaminados por décadas de mineração, configuravam uma nova geomorfologia. A grande circulação de caminhões na estrada, o cruzar das correias

transportadoras de minério, o fluxo constante dos enormes trens que transportam minério de ferro, a poeira e o barulho das diárias explosões de dinamites conformam o perigoso e inóspito espaço de uma área com intensa atividade mineral, mas vivido por muitas pessoas.

Apesar de primeiramente não termos passado pelo trajeto da lama, paramos na beira da rodovia MG-129 para observar a grande barragem de Germano da Samarco/Vale/BHP (maior estrutura das três existentes) e ao fundo pudemos avistar a vertente rompida de Fundão. Ambas ainda ameaçam todos que habitam a jusante destas com a possibilidade de novos rompimentos e avalanches de lama. No entanto, no segundo dia, estivemos em Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, localidades de Mariana-MG soterradas pela lama da barragem de Fundão, onde sobre o seco rejeito e as ruínas das comunidades ouvimos e dialogamos com três moradoras atingidas. Temas como o território da comunidade de Bento Rodrigues sua história e antigas vivências, os impactos nas vidas dos moradores após a tragédia, a relação com a Samarco/Vale/BHP e os processos de luta por direitos dos atingidos, foram relatados pelas moradoras. Em contraponto, em Paracatu de Baixo, experiências de produção orgânica e de pequenos pecuaristas, realizadas as margens do desastre, foram elucidadas, demonstrando outras formas de desenvolvimento local, geração de renda e subsistência. Por outro lado, foram desvelados os efeitos do desastre do modelo de desenvolvimento da mineração sobre esses projetos alternativos, em particular as perdas espaciais e econômicas, as novas limitações e as incertezas provocadas pela tragédia.

No terceiro dia, aprofundamos o diálogo com moradores atingidos pela lama na cidade de Barra Longa-MG, em audiência pública com a coordenação do MAB e a presença dos Ministérios Públicos Estadual e Federal, e na comunidade de Gesteira, zona rural do município. Em ambos os momentos podemos ver, vivenciar e ouvir com os moradores quais foram os efeitos do

avanço da lama sobre a zona rural e urbana e sobre a sociedade e a natureza ao longo dos rios devastados. Os impactos urbanos são bem diferentes dos efeitos da "onda de lama" na zona rural. A cidade, também como um organismo único e coletivo, sente os impactos sociais, ambientais e psicológicos conjuntamente. Os moradores se sentem abandonados pela Samarco/Vale/BHP e o aumento das doenças, da violência sexual sobre as mulheres e da depressão dos habitantes locais são outros retratos oculto desta tragédia ainda em curso. A cidade vive com marcas ainda não limpas da lama e com ativos canteiros de obras nas margens do rio. Na zona rural, o ritmo de obra para conter e remover a lama das margens do rio produz impactos similares à instalação de um grande empreendimento, mas sem o planejamento, as compensações e os controles pertinentes e previstos pela legislação ambiental. O número elevado de caminhões e de homens circulando na região provoca um novo impacto não mensurado sobre a sociedade e o ambiente local. Em Gesteira, sob nuvens de poeira e sobre os escombros da antiga vila, ouvimos um emocionante relato de uma moradora que explicava como era o vilarejo e o desejo de manter a comunidade unida após a tragédia, mesmo com sua fala sendo interrompida pelo forte barulho de caminhões e máquinas operando na retirada da lama.

No quarto dia de Caravana, nas unidades Acaiaca e Sem Peixe das Escolas Família Agrícola debatemos sobre a importância e efeitos das experiências destas escolas para a transformação das vidas e das práticas agrícolas no campo, compreendendo-as como parte de uma alternativa de outro desenvolvimento socioterritorial. A agricultura familiar de base agroecológica, assim como a Reforma Agrária, se destacou como os caminhos possíveis para outro modelo de desenvolvimento mais solidário e harmônico entre seres humanos e destes com a natureza.

Neste dia, nos unimos a Rota 2 às margens da barragem da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves, mais conhecida como Usina de Candonga. Lá, onde o rio Doce já se encontrava amarronzado

pela lama da Samarco/Vale/BHP, ouvimos relatos de companheiros do Movimento dos Atingidos por Barragem e do movimento negro que participaram da luta da comunidade de Soberbo, compulsoriamente deslocada pela construção da barragem entre 2001 e 2004, e que ainda luta por direitos não reconhecidos. Tal experiência demonstra os laços históricos e as recorrentes lutas contra o modelo de desenvolvimento pautado em grandes empreendimentos, com efeitos perversos sobre os grupos mais pobres e etnicamente descriminados. A Usina de Candonga, atualmente desativada por conta da tragédia-crime, passa por diversas intervenções de engenharia e sob ameaça de romper por conta do grande contingente, ainda não retirado, de rejeito que reteve e que pressiona as estruturas da barragem.

Durante o percurso da Rota 1, os anúncios e denuncias tinham em comum e em destaque o protagonismo das mulheres nos processos de luta e resistência. Diante da divisão sexual do trabalho, que invisibiliza o trabalho e o cuidado que exercem as mulheres em atividades como o cultivo de hortas orgânicas, trabalho doméstico e cuidado com saúde da família, os impactos se expressam de forma mais contundente sobre elas. E é nesse contexto de vulnerabilidade que as mulheres tecem seu protagonismo na organização comunitária da luta por justiça ambiental e direitos sociais. Os laços comunitários e a solidariedade como princípio que as organizam são historicamente construídos por elas mesmas e o reconhecimento do seu protagonismo na formulação e construção de alternativas ao modelo de desenvolvimento é essencial para que se fortaleçam as experiências de resistência.

ROTA 2: Alto Rio Doce – vales dos rios Piranga e Casca

A Rota 2 da Caravana Territorial percorreu localidades rurais e urbanas ao longo dos vales dos rios Piranga e Casca, afluentes do rio Doce, e onde estão importantes nascentes. Ela

teve objetivo diferenciado das demais rotas, uma vez que teve maior destaque os *anúncios* de experiências contra-hegemônicas, a exemplo da produção de flores sem uso de agrotóxicos, da homeopatia na agropecuária, do reconhecimento de comunidades tradicionais, da construção de fossas sépticas, da resistência a empreendimentos minerários, da produção agroecológica e da Educação do Campo.

As vivências dos 50 caravaneiros/as nessa rota se deram em áreas não diretamente atingidas pelos rejeitos da barragem (com exceção da parte final, que percorreu o trecho do rio Doce aonde se encontra a Usina Hidrelétrica de Candonga, que conteve grande parte da "lama tóxica" vinda de Mariana). Ela teve início no município de Desterro de Melo-MG e seguiu pela região do Alto Rio Doce com encontros e atividades nos municípios de Paula Cândido, Viçosa, Araponga e Ponte Nova, todos no estado de Minas Gerais.

Em Desterro de Melo, os caravaneiros/as visitaram agricultores ligados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que apresentaram suas experiências de transição agroecológica e os usos homeopáticos na agropecuária. Além disso, eles também apontaram como desafios socioambientais os conflitos envolvendo uma empresa alemã, a *Brasil Flowers*, e trabalhadores da região que cultivam rosas com uso intensivo de agrotóxicos. Nesse contexto, o Sindicato evidenciou o aumento da contaminação na saúde da população rural, principalmente nas mulheres que trabalham na colheita das rosas, o que se desdobra em abortos, má formação congênita e no aumento de casos de câncer.

Ainda em Desterro de Melo, os/as caravaneiros/as se direcionaram à nascente do rio Xopotó onde foi realizada uma mística sobre a importância de reflorestar a área, de proteger e cercar as nascentes e simbolicamente foi aplicada uma homeopatia no local. Após essas atividades, seguimos para o município de Paula Cândido, Zona da Mata mineira. A Caravana foi recebida com um ato cultural apresentado pelo grupo de Congo José Lúcio

Rocha da comunidade Quilombola de Córrego do Meio, localizada no distrito de Airões. Além disso, ainda como parte da programação de recepção, houve uma roda de conversa sobre as problemáticas do município, tais como a intenção da empresa transnacional *Ferrous Resources* de construir um mineroduto que "cortará" muitas áreas de preservação e nascentes e afetará muitos agricultores familiares de Paula Cândido.

No dia seguinte, ainda neste município, a Caravana se dividiu em três grupos com o objetivo de conhecer de forma mais aprofundada as experiências de construção de fossas sépticas, da articulação de resistência ao mineroduto da empresa *Ferrous* e também de reconhecimento territorial da comunidade quilombola de Airões.

Na comunidade rural de São Mateus, um dos grupos de caravaneiros/as viu o processo de construção de uma fossa séptica, já que lá havia uma em instalação, o que proporcionou o conhecimento de todo o processo aos presentes. Os agricultores destacaram a importância do sistema de mutirão e de troca de dias para a instalação das fossas e também da importância de divulgar o projeto para outras localidades, já que não adianta apenas uma ou duas famílias ter fossas em seus terrenos e os outros não. Além disso, um debate sobre formas alternativas, tais como a evapotranspiradora, de tratamento do esgoto doméstico e aproveitamento do mesmo na agricultura foi travado, e nele pode-se evidenciar a sabedoria popular quanto ao processo em discussão/construção.

Já na comunidade de Morro do Jacá fomos levados a conhecer a experiência de articulação de resistência da *Campanha pelas Águas e Contra o Mineroduto da Ferrous* que conseguiu interromper os planos de instalação de um empreendimento minerário na região. O mineroduto da *Ferrous* pretendia ligar sua mina no município de Congonhas-MG e um porto em Presidente Kennedy-ES, e teria cerca de 480km de extensão. Sua construção afetaria mais de 1000 agricultores entre os estados de Minas

Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, além de destruir inúmeras nascentes e áreas de preservação ambiental. Diante desse possível cenário de destruição, um intenso processo de mobilização de organizações sociais da Zona da Mata mineira se constituiu para fazer frente a esse empreendimento. Surgia, assim, a *Campanha pelas Águas e Contra o Mineroduto da Ferrous*.

Essa campanha se articulou em vários municípios das regiões que seriam impactadas pelo mineroduto e realizou diversas ações de contestação, entre elas pode-se citar assembleias populares, estudos ambientais contestatórios, manifestações públicas, enfim, ações que, de uma forma ou de outra, objetivavam problematizar e debater a viabilidade deste empreendimento minerário[5]. O fato é que, em 2016, a Campanha logrou vitória inédita no país em relação à mineração, já que o período para pedido de renovação da Licença Previa (LP) por parte da empresa expirou e o Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) não autorizou a continuidade do processo de licenciamento ambiental do empreendimento.

Por fim, outro grupo visitou, ainda em Paula Cândido, a comunidade Quilombola de Córrego do Meio, onde foi debatido o processo de valorização da identidade, sua cultura e a luta dentro do contexto do reconhecimento desse território ancestral. Mestre Boi e seus companheiros de Congado animaram a conversa demonstrando como o saber popular produzido na comunidade é passado de geração em geração, por meio do incentivo a crianças e jovens ingressarem no Congado. Além disso, o grupo relatou o processo de reconhecimento territorial que se concretizou no ano de 2014.

Após essa divisão, novamente os/as caravaneiros/as se juntaram e seguiram em direção ao município de Araponga, onde almoçamos na Escola Família Agrícola (EFA) Puris, que trabalha

[5] Para mais informações a respeito desse processo, consultar o relatório produzido pela AGB Seção Local Viçosa, disponível na página. http://www.agb.org.br/documentos/2012/relatorio_AGB_ferrous.pdf

a partir dos princípios da Educação do Campo e Pedagogia da Alternância, com aprendizados no tempo comunidade e no tempo escola. Uma série de instrumentos pedagógicos se dá no cotidiano da EFA, tais como o plano de estudo, colocação em comum, viagens de estudo, visitas às famílias e comunidades dos estudantes, etc. Após o almoço, novamente houve divisão em grupos, porém, desta vez, em dois.

O primeiro grupo saiu em direção a uma propriedade rural do município para conhecer a experiência de "Plantio de Água" de um agricultor agroecológico. Ela foi conduzida por estudantes da UFV que têm um projeto de extensão no local e pelo próprio agricultor que se diz mais do que satisfeito com os resultados que vem observando. Segundo ele, "aqui a água sobe morro", o que significa dizer que, através da recuperação de áreas de matas nativas, a altura do lençol freático aumentou, o que, por sua vez, levou à mudança de local da nascente de sua propriedade para uma porção mais elevada do terreno. Além de produzir de forma agroecológica e de preservar suas áreas, os caravaneiros/as ficaram encantados com a sabedoria do agricultor que, em vários momentos, falava que a "ciência é burra", querendo com isso evidenciar a falta de visibilidade que a academia dá a experiências como a que ele experimentou em termos de transição agroecológica e de recuperação de áreas degradadas.

Já o segundo grupo permaneceu na EFA Puris de Araponga, onde foi apresentado pelos/as estudantes os aprendizados referentes à construção de terraços e caixas secas ao redor da escola com intuito de aumentar a quantidade de água infiltrada no subsolo, contribuindo para que a nascente que existia no terreno da escola volte a fluir.

Por fim, ao final do dia já no município de Viçosa, houve ainda um seminário de debate na UFV, chamado de "*Mineração na Bacia do Rio Doce: Impactos, Conflitos e Resistências*", no qual pesquisadores desta universidade e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais

apresentaram suas pesquisas sobre a bacia do rio Doce de forma geral e, particularmente, sobre a tragédia-crime da Samarco/Vale/BHP.

No dia seguinte, a Caravana seguiu em direção ao município de Ponte Nova, cortado pelo rio Piranga, onde houve debate com as organizações locais relacionadas à questão das águas (poluição, saneamento, legislação, cultura, etc.) na região. O grupo também encontrou a Rota 1 em Nova Soberdo, distrito de Santa Cruz do Escalvado, onde era o rio represado pela usina hidrelétrica Risoleta Neves (Candonga), já no rio Doce.

A comunidade de Nova Soberbo sofre com o que se poderia chamar de uma sobreposição de impactos socioambientais, uma vez que ela já foi atingida com a construção da hidrelétrica de Candonga que tem a Vale como uma das acionistas, e agora sofre novamente com os impactos do rompimento da barragem de rejeitos da Samarco/Vale/BHP. Neste local foi possível ver a cor vermelho-alaranjada e os rejeitos que ainda se encontram na calha do rio. Foi relatado por um pescador que os peixes que subiam o rio Piranga na piracema para se reproduzir não sobreviveram ao rio com rejeito, o que compromete os ciclos reprodutivos e a produção alimentar como um todo. Vários pescadores assim como cientistas também relataram esse problema. Inclusive o Surubim-do-Doce, espécie endêmica e considerada ameaçada de extinção, encontrada anteriormente na região de formação do rio Doce. Após todos esses encontros em diferentes municípios os/as caravaneiros/as se dirigiram para a culminância das rotas em Governador Valadares.

ROTA 3: Médio Rio Doce – microrregião de Governador Valadares

A terceira rota da Caravana circulou pela região do Médio Rio Doce. Movimentos e organizações sociais desta região denunciavam, desde as reuniões preparatórias, o contexto de

degradação ambiental do rio Doce que, devido ao assoreamento em seu curso d'água, já não desaguou no mar em 2015.

A comissão que organizou esta rota optou por dar visibilidade aos conflitos territoriais, evidenciando a luta pela terra de camponeses e indígenas, mas também evidenciando os impactos das construções de barragens hidrelétricas em seus afluentes na região, como o rio Santo Antônio, o rio Corrente e o rio Suaçuí Grande. Foram visitados seis municípios e oito comunidades, aproximadamente 200 pessoas foram envolvidas na passagem desta Rota.

Dialogamos com comunidades indígenas, com agricultores familiares sindicalizados, com educadores e educandos de escolas públicas, de educação indígena, funcionários e moradores do entorno de uma estação de tratamento de água (ETA), associação de mulheres que trabalham em uma padaria comunitária e assentados/as e acampados/as da reforma agrária.

A proposta da Rota foi relacionar a tragédia-crime de Bento Rodrigues com o modelo de desenvolvimento da região, que há décadas vem causando a degradação ambiental, conflitos territoriais por terra, por água e por minérios. A região do Médio Rio Doce tem sua história marcada pelo massacre dos povos indígenas, pela luta dos camponeses pela terra e pela exploração predatória dos recursos naturais tocado literalmente a "ferro e fogo", cujas consequências refletem-se na paisagem atual, dominada por latifúndios e pastagens degradadas. Em menos de um século, a região, antes coberta por densas florestas e abundância de recursos naturais, vivenciou um dos mais dramáticos processos de degradação ambiental da história brasileira, marcado pela violência, concentração fundiária e perda da diversidade biológica e cultural. Neste cenário, os camponeses da região relataram que a pecuária intensiva, manejada com fogo há décadas, vem ocasionando a degradação de topos de morros, e nascentes, levando à diminuição do volume de água nos córregos e rios, e acirrando conflitos pelo uso da água no campo. Além disso,

ribeirinhos, ilheiros e pescadores também denunciaram a falta de proteção aos cursos d'água e a redução considerável da oferta do pescado no rio Doce e seus afluentes.

Assim como as demais rotas, também foi objetivo demonstrar que existem projetos em disputa para o campo brasileiro, ou seja, se de um lado estão as forças do agronegócio e dos impérios agroalimentares, de outro estão as lutas de resistência e r-existência dos movimentos sociais populares, do campo e da cidade. Fernandes (2006), ao tratar desta disputa, analisa que o campo para o agronegócio é meramente um setor da economia, responsável pela produção de *commodities;* enquanto para os movimentos sociais camponeses, é espaço de trabalho, de vida, de cultura e de pertencimento. Portanto, foi com a intenção de escancarar esta disputa por projetos de (etno)desenvolvimento para o campo que a organização da rota decidiu também visitar experiências dos movimentos sociais camponeses que anunciam outros projetos e alternativas, como diversas estratégias de produção de alimentos sem agrotóxicos, de cooperação entre as famílias, de busca pela soberania e autonomia em seus territórios.

No primeiro dia desta Rota, os caravaneiros reuniram-se no Centro Agroecológico Tamanduá (CAT), uma organização não-governamental que trabalha com assistência técnica e extensão rural com foco na Agroecologia, numa relação forte com a Via Campesina. Do CAT, em Governador Valadares-MG, seguimos para o município de Açucena-MG e depois de um longo trecho de estrada de chão chegamos à Aldeia Pataxó Geru Tukunã. Tivemos a oportunidade de ouvir do cacique e dos demais indígenas um pouco de sua história e os conflitos enfrentados com o Estado e com os fazendeiros da região durante a ocupação da área.

Como forma de compensação ambiental pelos empreendimentos hidrelétricos, o Estado de Minas Gerais criou o Parque Estadual do Rio Corrente (Unidade de Conservação Estadual de Proteção Integral com 5.065 ha, homologado em dezembro de 1998. A área do Parque localiza-se no domínio do

bioma da Mata Atlântica e abriga mais de 20 nascentes de diferentes ribeirões e córregos, afluentes de importantes e imprescindíveis cursos hídricos, como o ribeirão São Mateus, o ribeirão São Félix e o córrego Porto Santa Rita, todos desaguando no rio Corrente, que por sua vez, deságua no rio Doce.

Em 2010, um grupo de indígenas Pataxó que vivia na aldeia Alto das Posses, na Fazenda Guarani (Carmésia-MG), migrou para a região, ocupando uma área dentro do Parque Estadual do Rio Corrente, onde constituíram a aldeia Geru Tukunã. Antes, o que era pasto degradado, tornou-se uma aldeia produtiva, onde os indígenas produzem muita mandioca, abacaxi e uma grande variedade de frutas em sistemas agroflorestais. Entretanto, os Pataxós vivem em constante tensão devido aos seguidos incêndios e desmatamentos promovidos pelos fazendeiros que também estão dentro da área do Parque, utilizando-se inclusive de táticas de contratação de milícia armada e de coerção das lideranças indígenas, agravando o impasse e os conflitos quanto à indefinição na demarcação territorial. Apesar de todas estas incertezas, tivemos a oportunidade de conhecer o trabalho dos Pataxós no manejo e recuperação da área da aldeia.

A paisagem da aldeia evidencia um local de muito trabalho e de cuidado com a terra. O sentimento de pertença e as formas de relação com a natureza se expressaram na noite cultural, em que os Pataxós apresentaram seus cantos e danças. Nesta mesma noite, pudemos ouvir a educadora responsável pela educação infantil das crianças da aldeia. A professora faz o curso de educação indígena na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e contou a trajetória de lutas em defesa de uma educação indígena, na garantida da identidade cultural, linguística, da história dos povos indígenas, de sua forma específica de educar e se relacionar com a natureza.

No dia seguinte seguimos para a sede do município de Açucena-MG, onde conhecemos a experiência de um restaurante popular, em que a maior parte dos alimentos oferecidos vem da

agricultura familiar. Ao lado do restaurante aconteceu uma plenária com representantes dos agricultores familiares do município e moradores da cidade, em que debatemos os conflitos existentes e a escassez de água no município, que vem sofrendo grandes intervenções em seu território, inicialmente com a monocultura do eucalipto, que ocupa atualmente cerca de 6.000 ha; com a implantação dos grandes empreendimentos hidrelétricos (Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs de Corrente Grande e Barra da Paciência no rio Corrente; e UHE de Porto Estrela no rio Santo Antônio), resultando num enorme passivo ambiental e social; e, mais recentemente, com previsão de passagem de 12,5 km de mineroduto da Manabi. Ao lado da plenária aconteceu uma Feira da Economia Solidária, onde esteve presente a grande diversidade de produtos da agricultura familiar, importantes da manutenção do modo de vida e da soberania alimentar camponesa. A arte também esteve presente, um poeta do município apresentou seus poemas condenando a tragédia-crime do rio Doce, um casal de músicos locais entoou cantos de denúncia.

Na tarde do segundo dia, seguimos ao distrito de Cachoeira Escura, na cidade de Belo Oriente-MG. Durante o processo de colonização do vale do rio Doce, o distrito tornou-se lugar de passagem para viajantes e empreendedores a partir de 1912, com a chegada da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM). Na década de 1970, com o avanço industrial no Vale do Aço, foi implantada no local a Cenibra, uma das maiores produtoras mundiais de celulose branqueada. Desde então, grande parte das florestas nativas remanescentes foram desmatadas para ceder espaço às grandes monoculturas de eucalipto para abastecer a atividade industrial da empresa. Em Cachoeira Escura, residem aproximadamente 12 mil pessoas que foram atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, pois a água que abastece o distrito continua sendo captada exclusivamente do rio Doce e vem sendo tratada com o polêmico polímero de acácia negra na Estação de Tratamento de Água (ETA) de Belo Oriente. No distrito, os

participantes da Caravana, juntamente com vários moradores locais visitaram a estação de tratamento de água (ETA), e puderam conferir o processo utilizado para tratar a água captada no rio Doce e servida à população local. Representes da empresa, juntamente com funcionários da Samarco nos acompanharam na visita e deram detalhes dos produtos utilizados para "tratar" a água antes de servir à população. A empresa alega estar seguindo todos os aspectos exigidos pelo Ministério da Saúde para o tratamento da água. Entretanto, quando questionados pelos participantes da Caravana sobre a Resolução nº 357/2005 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), os funcionários não deram nenhuma resposta. Esta resolução dispõe sobre a classificação dos corpos d'água e as diretrizes para seu enquadramento e captação para o abastecimento humano. De acordo com a resolução, a água do rio Doce não poderia sequer ser captada para entrar na estação de tratamento.

A entrada de pessoas da comunidade e de militantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) para conhecer o tratamento da água foi um instrumento pedagógico interessante, pois os moradores fizeram uma série de questionamentos aos funcionários, especialmente quando relataram coceiras no corpo e no couro cabeludo em muitas pessoas da comunidade, além de problemas estomacais, fato que não ocorria antes da tragédia-crime. Ao visitar outro ponto do distrito, moradores locais também nos relataram os mesmos problemas, e não apenas casos isolados, mas generalizados na família, na vizinhança e especialmente nas crianças.

Após as visitas à ETA, a Caravana seguiu rumo a uma cachoeira do rio Doce que dá nome ao distrito, onde os moradores de Cachoeira Escura e entorno costumavam passar seus finais de semana pescando, nadando, se divertindo com famílias e amigos. O local atualmente está tomado de lama de rejeito, a água do rio com aspecto turvo e os peixes desapareceram. Tivemos a oportunidade de ouvir pescadores artesanais, que viviam do

pescado e cujas vidas estão comprometidas, pois perderam sua principal fonte de alimento e de sustento.

No período da noite, a Caravana seguiu para Ipatinga-MG e foi acolhida pela Escola Municipal Arthur Bernardes, onde ocorreram rodas de conversa com professores, estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA Rural) e do PROJOVEM, durante a noite. O objetivo deste espaço foi levar a discussão das consequências da tragédia-crime para o ambiente escolar, envolver professores e estudantes, refletir sobre as consequências das promessas de desenvolvimento, e ao mesmo tempo apresentar as experiências positivas de relação com a natureza que encontramos ao longo da Caravana, protagonizadas pelos movimentos e organizações sociais. As experiências em Cachoeira Escura e Ipatinga foram de grande importância para intercâmbios entre os movimentos sociais camponeses e urbanos, evidenciando a necessidade de se debater a dualidade campo-cidade, buscando maior diálogo na construção de um projeto de desenvolvimento popular para a região, considerando o território urbano-industrial do Vale do Aço e o território rural do Médio Rio Doce.

No terceiro dia de Caravana, conhecemos o acampamento Cachoeira da Fumaça em Governador Valadares, instalado às margens da BR-381, próximo ao km 170. Ouvimos a história de resistência e luta dos moradores do acampamento frente ao processo de construção da Usina Hidrelétrica de Baguari, as ações do aparato jurídico e coercitivo do Estado para reprimir as ações da Via Campesina no local. Estima-se que a construção da usina impactou a vida de mais de trezentas famílias de agricultores familiares, ribeirinhos e ilheiros em seis municípios mineiros (Iapu, Sobrália, Fernandes Tourinho, Governador Valadares, Periquito e Alpercata), que tinham livre acesso ao rio, seja pelo fato de ele estar próximo às suas moradas ou até mesmo fazer parte do quintal de suas casas. O acampamento existe e resiste há nove anos, e mesmo diante de tantos conflitos, os acampados do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) nos receberam e

apresentaram seu trabalho de resistência na terra, no cultivo agroecológico de hortaliças, na manutenção de raças crioulas de porcos e galinhas, na produção artesanal de bolos e quitandas, na conservação e comercialização de plantas medicinais.

Na parte da tarde visitamos o município de Frei Inocêncio-MG, banhado pelo rio Suaçuí Grande, que está sendo cotado como captação alternativa de águas para o abastecimento de Governador Valadares. Porém, o que pudemos observar foi que o contexto de superexploração da natureza – característica marcante do agronegócio – já apresenta suas consequências nesta região: terras degradadas, sulcos, voçorocas, perda da fertilidade dos solos, perda da biodiversidade e assoreamento do rio devido ao desaparecimento de nascentes e erosão laminar. Como realizar captação alternativa de água para uma cidade de quase 300 mil habitantes em um rio que se encontra em amplo processo de perda de volume d'água e assoreamento? São indagações que fomos tecendo ao longo da caminhada e ouvindo os atores dos territórios.

Ainda em Frei Inocêncio-MG conhecemos outra denúncia dos movimentos sociais: a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) de Cachoeira do Paiol. A presença do MAB nesta rota foi fundamental para levantar diversos questionamentos a respeito da PCH, da finalidade da energia, da disparidade absurda entre o preço da energia cobrada das empresas e o preço cobrado da população, e sobre os impactos gerados ao redor de Cachoeira do Paiol com essa obra. A PCH de Cachoeira do Paiol não tem sequer o acesso alternativo dos peixes para realizarem a piracema. Portanto, este afluente, que poderia servir como berçário de espécies que poderiam repovoar o rio Doce não terá esta finalidade. A conexão entre os peixes e o rio Doce foi impedida pela construção da PCH. Não foi possível visitar a PCH, pois os funcionários não autorizaram a nossa entrada. Inclusive, quando chegamos ao local, havia uma viatura da Polícia Militar à porta de entrada da PCH. Assim que deixamos o local, a viatura da PM também foi embora. Nesta mesma tarde conhecemos a associação de quitandeiras de

Cachoeira do Paiol, experiência de trabalho coletivo e de resgate da cultura alimentar da região.

Passamos a terceira noite no polo regional da Federação de Trabalhadores da Agricultura de Minas Gerais (FETAEMG), em Governador Valadares. Saímos na manhã seguinte em direção a dois assentamentos no município de Tumiritinga-MG, que simbolizam a luta pela terra no Médio Rio Doce. Nos anos 80, um grupo de camponeses do vale do Mucuri e do Médio Jequitinhonha engajou-se na luta pela terra com o apoio inicial da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e dos sindicatos de trabalhadores rurais. Em 1985, uma parte do grupo integrou-se ao MST, enquanto outra parte de assentados originários de Tumiritinga permaneceu ligado ao sindicato do município. Em ação conjunta, os dois grupos ocuparam a Fazenda Califórnia, às margens do rio Doce, e posteriormente divididas em duas áreas que deram origem, respectivamente, aos assentamentos 1º de Junho, com 2.608 hectares e 81 famílias, e Cachoeirinha, com 403 hectares e 33 famílias assentadas.

Começamos a visita pelo assentamento 1º de Junho, onde fomos recebidos na escola com uma mística emocionante, em que estavam presentes crianças, jovens, adultos e idosos do assentamento. A mística é uma ação importante dos movimentos sociais, responsável por trazer a dimensão dos sentimentos e da espiritualidade, através da música, poesia, dança, encenação, cantos, gestos, símbolos e palavras de ordem. Encerramos a mística todos de punhos erguidos cantando o hino do MST, foi um momento de muita força e emoção. Em seguida, os/as assentados/as apresentaram o histórico de lutas e conquistas do assentamento e especificamente da luta por uma Educação do Campo, e a importância de se construir uma educação que atente para a realidade dos povos camponeses, cuja proposta pedagógica, currículo e metodologias estejam articulados ao modo de vida, à história e à cultura destes povos, e que desperte o reconhecimento de sua identidade camponesa, aliada à investigação da realidade

que circunda o campo. A educação do campo, segundo os assentados, tem sido importantíssima para a construção de um projeto de campo mais emancipador, livre de explorações e integrado à natureza.

Após o almoço fomos, em cortejo, visitar a experiência de conservação, melhoramento e catalogação de sementes crioulas feitas pelo Sr. Roberto Luz, guardião da agrobiodiversidade, que fez de sua propriedade uma grande instalação pedagógica para nos receber, de modo que em cada parte do terreno se tornou um ponto de reflexão. Ora com o lixo, que não deve ser jogado na natureza e pode ser reaproveitado, ora com a cobertura morta para manter o solo coberto, reduzir a erosão e aumentar a fertilidade dos solos; ora com a importância de ter uma diversidade de cultivos na horta, entre eles plantas medicinais e flores. Também falou dos biofertilizantes e apresentou a ampla variedade de sementes crioulas que ele produz e conserva, sementes de hortaliças, cereais e árvores, uma experiência de muita importância para fazer frente ao avanço dos impérios agroalimentares que tem gerado a "erosão genética", reduzindo a grande variedade de plantas e raças crioulas presentes no campo. Como assinala PLOEG (2014), o campo de produção camponesa é um espaço de resistência à força destes impérios.

Nesta mesma tarde visitamos ainda o assentamento Cachoeirinha, onde paramos na propriedade do casal Sr. Luiz Eugênio e D. Eva. O casal vive no assentamento há mais de vinte anos produzindo café, coco, abacaxi, batata doce, cana e uma grande diversidade de hortaliças, comercializando seus alimentos por venda direta ou pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O lote do casal é banhado pelo rio Doce, de onde era bombeada a água para irrigar a plantação e também aproveitavam as terras fertilizadas durante as cheias do rio para plantar abóbora, batata doce e melancia. Após a tragédia-crime da Samarco/Vale/BHP, a água contaminada com rejeito da mineração matou toda a plantação que havia, não apenas na beira do rio, mas

em toda a área que foi alagada em virtude do grande volume de águas com lama da barragem de Fundão. As demais plantações (coco, abacaxi e café) também foram severamente afetadas, e das quatro áreas de hortaliças o casal agora só consegue manter uma, utilizando a água de um poço para irrigação. Os rejeitos também chegaram ao tanque de peixes do casal, matando mais de seis mil animais. A contrapartida da Samarco/Vale/BHP foi de oferecer um cartão, com um salário mínimo mensal, porém durou até o terceiro mês, a partir de então os vários atingidos não sabem qual será a contrapartida da empresa. A iniciativa do cartão foi muito questionada entre os participantes, por provocar uma forte alteração do habito alimentar das pessoas, além de não ser suficiente para cobrir os danos que cada família sofreu. Muitas pessoas relataram sobre esse cartão ao longo da rota, dizendo que ele não será suficiente para deixar o povo calado frente a este crime socioambiental.

ROTA 4: Baixo Rio Doce – Impactos a partir da Foz

A Rota 4 percorre o caminho inverso do rejeito, em direção a montante do rio Doce, percorrendo desde a foz do Doce, localizada na Vila de Regência em Linhares-ES, passando pelo Assentamento do MST "Sezínio Fernandes" (Linhares-ES), nas comunidades de pescadores de Maria Ortiz (Colatina-ES) e Mascarenhas (Baixo Guandu-ES); pela Terra Indígena Krenak (Resplendor-MG) até Governador Valadares-MG.

Participaram da rota estudantes, professores/as universitários/as, agricultores/as, pescadores/as, indígenas Tupiniquim, Botocudo, Krenak e Guarani, lideranças comunitárias, moradores/as dos assentamentos da Reforma Agrária, representantes de movimentos sociais, jornalistas de mídias alternativas, cidadãos indignados com a situação, surfistas e pessoas que vivem do turismo na região.

Em Regência-ES, o grupo se deparou com a expansão dos impactos do rio no oceano. A comunidade que vivia do turismo e pesca hoje já não sabe mais como será seu futuro, muitas pessoas inclusive já abandonaram a vila. O surf também era uma atividade bastante praticada em Regência devido à qualidade das ondas, lugar esse um dos melhores pontos do Brasil onde já ocorreu diversos eventos de importância nacional e internacional. Os pescadores se veem prejudicados tanto pelo impacto no rio e no mar, cuja pluma de contaminação percorreu de norte a sul do estado. Ressalta-se que no momento que a barragem de Fundão se rompeu, a foz do rio estava fechada, devido ao processo de sedimentação do mar, visto que o rio não estava com água e força suficiente para ultrapassar a barra e desaguar no mar. Logo em seguida ao rompimento máquinas foram contratadas e abriram a foz do rio.

As consequências para a pesca artesanal são imensuráveis, pois milhares de pessoas dependiam da mesma para sobrevivência. Ao menos 1.249 pescadores/as estavam cadastrados nas áreas atingidas pelo rejeito em Minas Gerais e Espírito Santo (POEMAS, 2015). A pesca no mar, com exceção a destinada à pesquisa científica, está proibida na faixa de 25 metros de profundidade, desde 22/02/2016 por determinação da Justiça Federal entre Barra do Riacho, em Aracruz-ES, ao sul da foz, até a praia de Degredo em Linhares, ao norte da foz.

Ainda em Linhares-ES, a rota vai ao Assentamento do MST "Sezínio Fernandes". Um importante assentamento que contrasta com o município onde predomina grandes latifúndios, áreas de pastagens e monoculturas. Foi relatado como a polícia atuou com violência quando a comunidade buscava proteger as lagoas da contaminação vinda com o rejeito tóxico e foi reprimida com balas de borracha e bombas de gás lacrimogênio. Como os assentados não foram atendidos pela prefeitura, eles fecham a rodovia que corta o assentamento como forma de protesto e somente após isso é que foi feito uma barreia interrompendo o

contato fluvial entre o rio Doce e as lagoas que eram usadas no assentamento.

No percorrer da Rota se realizou atos públicos em praças com a apresentação de documentários e falas abertas denunciando o crime. Em Maria Ortiz revelou-se uma comunidade sufocada na paisagem entre a linha férrea de minério da Vale e o rio contaminado pelo rejeito tóxico, onde os pescadores lutam por seus direitos, onde agora mais um impacto é detectado na comunidade, que na realidade é mais um caso de sobreposição de impactos socioambientais encontrados em diversas localidades do país.

Em Mascarenhas, próxima à Usina Hidrelétrica de Mascarenhas, também sofreu com mais uma sobreposição de impactos. Além disso, foi relatado que os moradores/as são submetidos/as à vigilância permanente das câmeras de segurança da Usina Hidroelétrica Mascarenhas, na qual controla todo o movimento e possibilidades de resistência da comunidade, além de realizar a criminalização no período de defeso da pesca, o que torna evidente a atrocidade que as comunidades tradicionais estão submetidas.

Já na Terra Indígena Krenak os impactos vão além da racionalidade predominantemente presente na bacia, pois o rio Doce na cultura Krenak possui sentido espiritual que emana a ancestralidade, o rio é chamado por eles de *Watu*. O rio é presente no modo de vida indígena; é presente na culinária através do pescado, no lazer e nos rituais de batismo das crianças, entretanto agora não podem mais ser realizadas. Revelou-se assim, após a passagem dos rejeitos, uma grave violação do princípio da autodeterminação dos povos, ferindo a Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) Sobre Povos Indígenas e Tribais (promulgada em 1989 e ratificada pelo Estado Brasileiro em 2002). Segundo Andrea Krenak, "o rio faz parte de nós, da nossa cultura, é como se tivessem tirado um parente nosso". Além dos Krenak em Resplendor, os Tupiniquins e Guaranis que vivem em Aracruz, também tiverem seu modo de vida impactado, pois os

mesmos pescavam nas praias hoje contaminadas na costa capixaba.

A culminância: olhares compartilhados

No dia 14 a partir do início da noite, todas as caravaneiras/os se encontram no assentamento do MST, Oziel Alves, fundado em 1997, símbolo da resistência e luta pela terra e território na região do Médio Rio Doce. Após uma janta coletiva, as rotas são recebidas pelas assentadas/os que apresentaram brevemente o assentamento, seus princípios e funcionamento das atividades.

Pela manhã do dia seguinte, o MST, em jornada nacional de Lutas pela Reforma Agrária, promoveu um protesto na rodovia BR-116 expondo inclusive a memória do Massacre de Eldorado dos Carajás, que em 2016 completou 20 anos de impunidade. De acordo com nota do movimento, foram realizadas diversas ações em 18 estados do país que contaram com a participação de cerca de 62 mil Sem Terra[6].

Já o grupo da Caravana se dirigiu para o centro de Governador Valadares, na praça dos Pioneiros. Através da metodologia participativa proposta pela Instalação Pedagógica, as quatro rotas apresentaram os anúncios e denúncias para a população da cidade que circulou pelo espaço, bem como socializou entre os próprios caravaneiros o que ocorreu nas demais rotas. Com uso de diferentes objetos, tais como fotos, desenhos, cartazes, cartilhas, placas, sementes crioulas, rejeitos da Samarco, garrafas com água de nascentes e do rio Doce contaminado, redes de pesca artesanal amarelada pelos rejeitos, entre outros, foi-se então desenhado a apresentação da Instalação.

[6] Nota de acordo com comunicado no MST, disponível na página http://www.mst.org.br/2016/04/15/jornada-nacional-de-lutas-mobiliza-40-mil-sem-terra-em-15-estados-do-pais.html.

Posteriormente no mesmo local, ocorreu uma mesa pública, mediada pela AGB, no qual participaram membros da Comissão de Criação do Fórum Permanente em Defesa do Rio Doce, do Ministério Público Federal, os Krenak e um representante dos grupos de pesquisa/universidades e posteriormente as falas foram abertas ao debate como o público.

Por fim, no dia seguinte ocorreu um protesto pelas ruas de Governador Valadares, denunciando o crime da Samarco por toda a bacia, do oceano a Bento Rodrigues, percorrendo diversas ruas e avenidas, inclusive em caminhada ao lado do rio Doce, finalizando com um ato político na praça da estação na qual foi lida pelas mulheres a Carta Política[7] da Caravana.

Considerações finais e o Pós Caravana: o que fazer?

A Caravana foi um momento único de aproximação de variadas escalas e pessoas com ideias comuns, assim como das organizações que trabalharam de forma coletiva e solidária para promover outra forma de desenvolvimento. Materiais produzidos já estão sendo usados em espaços de formação, escolas, palestras, encontros nacionais (como no XVIII Encontro Nacional de Geógrafos - ENG realizado em julho de 2016 em São Luís-MA) e circulando pela internet (curtas, documentos, fotos, etc.). A partir de então, novos horizontes passam a ser necessários. Cada organização em sua região passa a ter mais elementos e criticidade que possam colocar em questão o modelo predatório e insustentável de desenvolvimento adotado historicamente pelo Estado Brasileiro.

A agroecologia, como visto nas experiências, passa a ser a referência dos anúncios em busca da relação mais harmônica entre o ser humano e os recursos naturais. Percebemos ainda que os

[7] A carta pode ser lida e acessada na página da AGB: http://www.agb.org.br/attachments/article/185/Carta%20Polit%C3%ADca%20%20Caravana%20Territorial%20da%20Bacia%20do%20Rio%20Doce.pdf.

pilares da agroecologia são indispensáveis para se pensar a longo prazo a recuperação da bacia e a proposição de alternativas econômicas, sociais e ecológicas.

Essa síntese elaborada pretende compartilhar e contribuir com olhares críticos e repensar as metodologias diferenciadas que a Geografia brasileira pode utilizar para geografar, vivenciando e/ou intervindo concomitantemente com outros sujeitos que resistem no(s) território(s) atingido(s). Foi um importante exercício de busca de uma articulação nacional dos GTs da AGB e das diferentes seções locais. Fica a questão, como a Geografia brasileira e a AGB, em particular, irá se manifestar e atuar nesses próximos anos após a maior tragédia-crime socioambiental do país?

REFERÊNCIAS

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1984.

FERNANDES, B. M. **Os campos da Pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais.** IN: MOLINA, M. C. Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p.27-39.

PLOEG, J. D. V. D. **Sete teses sobre a Agricultura Camponesa**. IN: PETERSEN, Paulo (org). Agricultura Familiar Camponesa na Construção do Futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA: 2009. P. 17-32.

PoEMAS. **Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG)**. Mimeo. 2015.

ZHOURI, A. O desastre e a política das afetações: classificações e ações que administram o sofrimento social. In: **O desastre da Samarco**: Balanço dos seis meses de impactos e ações. Mariana-MG. Maio, 2016. (Comunicação Oral).